

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de
Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC**

Ano 8 – Número 0431 – 27/10 à 31/10/2025

CBIC

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do TST*

Destaque da Semana

[Novo Caged: Brasil gerou mais de 213 mil empregos formais em setembro](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 30/10/2025

Os dados do Novo Caged de setembro, divulgados nesta quinta-feira (30) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, indicam que o Brasil registrou saldo positivo de 213.002 empregos formais no mês. O resultado é fruto de 2.292.492 admissões e 2.079.490 desligamentos em todo o país.

No acumulado de janeiro a setembro de 2025, o saldo chega a 1.716.600 novos vínculos com carteira assinada, um crescimento de 3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, elevando o total de vínculos formais para 48.912.343. Considerando os últimos 12 meses — de outubro de 2024 a setembro de 2025 —, o país contabiliza 1.399.904 novos postos de trabalho.

Durante a coletiva de imprensa, o ministro Luiz Marinho destacou que “os dados positivos estão de acordo com o ritmo de crescimento da economia, apesar ainda dos juros altos”, afirma o ministro Luiz Marinho.

Todos os cinco grandes grupamentos de atividades econômicas registraram saldo positivo em setembro. O setor de Serviços liderou a geração de empregos, com +106.606 postos de trabalho (+0,5%), seguido pela Indústria, que criou +43.095 vagas (+0,5%). O Comércio apresentou saldo de +36.280 empregos (+0,3%), enquanto a Construção Civil gerou +23.855 postos (+0,8%). Já a Agropecuária encerrou o mês com +3.167 novas vagas (+0,2%).

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Supremo mantém exigência de declaração sobre benefícios fiscais para empresas](#)

Supremo Tribunal Federal - 27/10/2025

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a obrigatoriedade de as empresas informarem, por meio eletrônico, os benefícios fiscais que recebem do governo. A decisão, unânime, foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7765, na sessão virtual encerrada em 17/10. Na ação, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) questionava a constitucionalidade da exigência.

[Condenação por assédio moral e sexual é definida com base em depoimento da vítima](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/10/2025

A Quinta Turma do TST rejeitou examinar recurso de duas empresas de grupo econômico contra decisão que as condenou a pagar reparação por danos morais a um operador de máquinas que foi assediado moral e sexualmente por um gerente. Segundo o trabalhador, o assédio começou com brincadeiras inadequadas, passou a apelidos de cunho xenofóbico e chegou a toques no empregado com teor sexual.

[TST valida acordo coletivo que permite novo contrato de experiência após 12 meses de rescisão](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/10/2025

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, por maioria, que é válida a cláusula de acordo coletivo que possibilita nova contratação por experiência de empregado para exercer função equivalente à anterior no Matadouro e Marchanteria Planalto Ltda., desde que ultrapassado o prazo de 12 meses após a extinção do primeiro contrato. Conforme a decisão, a matéria é passível de negociação coletiva, pois não ultrapassa limites traçados pela Constituição e pela CLT, além de estabelecer um prazo razoável entre os contratos.

[Atestado emitido horas após audiência justifica ausência de trabalhador](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/10/2025

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a pena de confissão dos fatos aplicada a um trabalhador por ter faltado à audiência de instrução de seu processo contra empresa de construção em São Paulo. O colegiado considerou justificada a ausência por meio de atestado médico. Segundo os ministros, o documento foi apresentado em tempo razoável, cinco dias após a data da audiência, e o fato de ter sido emitido horas depois da do compromisso perante o juízo não afasta os efeitos do atestado, que concedeu ao paciente um dia de repouso.

[Xingamentos generalizados não descaracterizam assédio moral a soldador](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/10/2025

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Piacentini Tecenge do Brasil Construções Ltda. a pagar R\$ 5 mil de indenização a um soldador vítima de assédio moral por meio de xingamentos destinados a diversos empregados. De acordo com o colegiado, o fato de o tratamento desrespeitoso ser dirigido a todos, e não apenas ao trabalhador, não exclui a ilicitude do ato. Pelo contrário, é agravante.

[Laboratório e banco poderão usar geolocalização como prova em pedidos de horas extras](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/10/2025

Em duas decisões recentes, órgãos colegiados do Tribunal Superior do Trabalho consideraram válido o uso da geolocalização como prova digital para verificar a realização de horas extras. O entendimento foi de que a medida não viola o direito fundamental à privacidade, previsto na Constituição Federal, nem as garantias previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

[TST divulga lista de desembargadoras e desembargadores inscritos para vaga de ministro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/10/2025

A Presidência do Tribunal Superior do Trabalho recebeu a inscrição de oito desembargadoras e quinze desembargadores de Tribunais Regionais do Trabalho candidatos à vaga de ministro do Tribunal destinada à carreira da magistratura, em decorrência da aposentadoria do ministro Aloysio Corrêa da Veiga.

[Aptidão no momento da dispensa não afasta direito de auxiliar industrial à estabilidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/10/2025

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a garantia provisória de emprego a um auxiliar industrial da Honda da Amazônia Ltda. dispensado antes do fim do período de um ano de estabilidade acidentária. Para o colegiado, o fato de ele ter sido considerado apto para o trabalho no momento da dispensa não afasta o direito: basta a demonstração de que havia incapacidade no período de afastamento previdenciário.

Notícias do Executivo

[Governo Federal apresenta o 4º Relatório de Transparência Salarial na segunda-feira \(3\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 31/10/2025

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, apresentarão nesta segunda-feira (3) os dados do 4º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios. O levantamento analisou 19.423.144 vínculos trabalhistas, sendo 41,1% de mulheres e 58,9% de homens, com base nas informações da RAIS, referentes ao período do 2º semestre de 2024 ao 1º semestre de 2025.

[CeLesTe: MTE apresenta assistente virtual para facilitar acesso a informações trabalhistas](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 30/10/2025

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou, nesta quinta-feira (30), a CeLesTe, assistente virtual que oferece orientação a empresas e cidadãos sobre os serviços do ministério. Disponível 24 horas por dia no site do MTE, a ferramenta utiliza tecnologia de inteligência artificial para esclarecer dúvidas, fornecer informações e, quando necessário, encaminhar atendimentos para o MTE Responde, serviço com suporte humano especializado.

[Média mensal de contribuintes previdenciários atinge 62,2 milhões de pessoas e bate recorde histórico](#)

Ministério da Previdência Social - 29/10/2025

média mensal de contribuintes (pessoas físicas) do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) cresceu 1,6 milhão em 2024 em relação a 2023, atingindo recorde histórico de 62,2 milhões de contribuintes. O dado está no Anuário Estatístico da Previdência

Social (AEPS) 2024, lançado pelo Ministério da Previdência Social. O documento está disponível para consulta [aqui](#).

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT propõe a empresas e instituições protocolo para proteger saúde de mães trabalhadoras e garantir direitos](#)

Ministério Público do Trabalho - 30/10/2025

Mulheres grávidas são mais vulneráveis à violência e ao assédio, inclusive no trabalho. Para proteger a saúde de mães trabalhadoras e garantir direitos, como a amamentação, o Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) propôs a empresas e instituições a assinatura de um Protocolo de Intenções. O documento foi apresentado a algumas das maiores empresas do Estado durante Audiência Coletiva no MPT-PB, em João Pessoa, na tarde desta quarta-feira (29), com a presença de autoridades de diversos órgãos do Judiciário, sindicatos, associações, universidades, hospitais e representantes do Ministério da Saúde.

[Pejotização é incompatível com futuro do trabalho inclusivo e sustentável, diz MPT](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/10/2025

O subprocurador-geral do Trabalho, Paulo Joarês, representou o Ministério Público do Trabalho (MPT) no seminário “Pejotização no Brasil: desafios jurídicos e econômicos para um futuro do trabalho inclusivo e sustentável”, realizado nesta segunda-feira (28) na Câmara dos Deputados, em Brasília. O evento discutiu os impactos econômicos, tributários, previdenciários e trabalhistas da pejotização e reuniu autoridades, parlamentares, pesquisadores e representantes de entidades públicas e privadas.

[MPT e ABERGO lançam Manual para Criação de Comitês de Ética em IA](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/10/2025

Nesta segunda-feira, 27 de outubro, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Associação Brasileira de Ergonomia e Fatores Humanos (Abergo) lançaram o Manual para Criação de Comitês de Ética em Inteligência Artificial (IA). A publicação, fruto de um acordo de cooperação firmado entre o MPT e a Abergo em 2024, oferece orientações práticas e fundamentos jurídicos para que empresas e organizações públicas implementem comitês multidisciplinares voltados à governança ética da IA, com enfoque no Direito, na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, na Segurança do Trabalho, na Ergonomia e nos Fatores Humanos.

[MPT e TRT discutem parceria com Ufal para destinar recursos provenientes de multas e indenizações trabalhistas](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/10/2025

O Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT-AL) e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT/AL) estão discutindo, com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), a construção de uma parceria que resulte na destinação de recursos provenientes de multas e indenizações trabalhistas para incentivar projetos desenvolvidos pela Ufal. As destinações são decorrentes da atuação finalística do MPT e ocorrem em processos judiciais, após autorização do TRT.

[Trabalhadores são resgatados em obra na Região Metropolitana de Fortaleza](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/10/2025

Na semana passada, uma força-tarefa composta por procuradores do Ministério Público do Trabalho no Ceará (MPT-CE), auditores-fiscais do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e agentes da Polícia Federal realizou o resgate de 16 trabalhadores submetidos a condições degradantes em uma obra de construção de casas no município de Pacatuba/CE, na Região Metropolitana de Fortaleza.

[MPT-PE ajuíza 36 ações para assegurar cumprimento da cota de aprendizagem em empresas de PE](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/10/2025

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) ajuizou 36 ações civis públicas (ACPs) contra empresas que descumpriram a cota legal de contratação de

aprendizes prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As ações são fruto da atuação do Grupo de Trabalho (GT) de Aprendizagem Profissional, instituído pela Portaria nº 73, de 15 de abril de 2025, com o objetivo de fortalecer o cumprimento da legislação e promover a inclusão social de adolescentes e jovens no mundo do trabalho.

[“Uma política corporativa de prevenção ao assédio precisa passar pela integração dos setores”, afirma procuradora do Trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/10/2025

A procuradora do Trabalho Ana Carolina Lima Vieira, do Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE), participou, no último dia 22, da palestra “Prevenção contra Assédio no Ambiente de Trabalho”, realizada na sede do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC Recife). O evento foi promovido pelo Subcomitê de Prevenção e Enfrentamento da Violência, Assédio e Discriminação do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6), em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE), e reuniu especialistas, magistradas, magistrados e representantes institucionais para debater estratégias de enfrentamento ao assédio no ambiente laboral.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[41º ENAFIT - Auditores-Fiscais do Trabalho reafirmam missão de “transformar a lei em dignidade” para o trabalhador](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 31/10/2025

Na tarde de quinta-feira, 30, o painel “Auditoria-Fiscal do Trabalho: princípios, valores e horizontes de uma trajetória a serviço do trabalhador” destacou a essência da carreira na defesa intransigente dos direitos humanos. A discussão revelou uma vocação que transcende a burocracia, sendo o Auditor-Fiscal do Trabalho um agente fundamental na conversão da letra fria da lei em justiça social e dignidade do trabalhador.

Outras Notícias

[Empresa que rescindiu contrato temporário depois de sete dias deve indenizar, diz TRT-9](#)

Consultor Jurídico - 01/11/2025

A rescisão do contrato temporário, sem justificativa plausível e depois de curtíssimo período de prestação de serviço, caracteriza violação dos deveres de boa-fé e lealdade contratual. Com esse entendimento, a 3ª Turma de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) determinou que uma empresa deve indenizar em R\$ 3 mil uma profissional temporária que foi demitida uma semana depois de começar a trabalhar.

[Limpeza de banheiros em universidade gera insalubridade em grau máximo](#)

Consultor Jurídico - 01/11/2025

A 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve o direito de uma trabalhadora que limpava os banheiros de uma universidade ao adicional de insalubridade em grau máximo. A decisão leva em conta que as instalações eram de grande circulação, utilizadas por cerca de 360 pessoas diariamente.

[TRT-15 mantém justa causa de vigilante que apontou arma para colega](#)

Consultor Jurídico - 01/11/2025

A 9ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) negou provimento ao recurso de um vigilante que foi demitido por justa causa depois de apontar sua arma para uma colega de trabalho. Segundo o processo, o vigilante estava em seu posto de trabalho limpando a arma de fogo quando uma das faxineiras da empresa se aproximou da guarita.

[Registro sindical cancelado: que efeitos esperar](#)

Consultor Jurídico - 31/10/2025

O Ministério do Trabalho e Emprego, no dia 16 de outubro, emitiu despacho de cancelamento de registros de entidades sindicais (processo nº 19964.213239/2025-44), tendo em vista que tais entidades não migraram para o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (Sistema CNES). Para as entidades sindicais afetadas, o cancelamento não trará implicações de legitimidade ou de representatividade sindical cuja autorização não depende do Estado, conforme disposto no artigo 8º, inciso I, da Constituição.

[Empresa é condenada por pagar salário maior a homem na mesma função de mulher demitida](#)

Consultor Jurídico - 30/10/2025

A 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) reconheceu a conduta discriminatória de uma concessionária de energia elétrica que contratou um homem com salário superior ao de uma assistente administrativa para desempenho de função idêntica. Dois meses depois de treinar o novo colega, a mulher foi demitida.

[TST nega indenização a empregado que torceu joelho em jogo de confraternização da empresa](#)

Consultor Jurídico - 30/10/2025

Por entender que o acidente teve origem em um ato voluntário exclusivo da vítima, a 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou, nesta quarta-feira (29/10), indenização a um técnico em eletrônica que torceu o joelho jogando vôlei com os colegas de trabalho em um evento de confraternização da empresa.

[A hiperconexão e a erosão das fronteiras entre vida pessoal e trabalho](#)

Consultor Jurídico - 29/10/2025

A hiperconexão é um dos fenômenos centrais da contemporaneidade. O avanço

das tecnologias digitais e a possibilidade de trabalhar de qualquer lugar transformaram a experiência laboral, dissolvendo as fronteiras entre vida profissional e pessoal. A pressão constante para estar online, aliada ao excesso de informações e à dificuldade de se desconectar, cria um ambiente propício ao esgotamento físico e mental. Segundo a International Stress Management Association (Isma-BR), o Brasil ocupa o segundo lugar mundial em casos de burnout, atrás apenas do Japão, com cerca de 32% dos trabalhadores apresentando sinais de exaustão.

[Sem nexos causal entre doença e trabalho, estabilidade acidentária deve ser afastada](#)

Consultor Jurídico - 28/10/2025

Se não há prova do nexo causal entre uma doença do trabalhador e sua função profissional, ele não tem direito à estabilidade acidentária. Com esse entendimento, o juiz substituto Pedro de Meirelles, da 2ª Vara do Trabalho de Jacareí (SP), negou os pedidos de rescisão indireta e pagamento de verbas rescisórias feitos por uma profissional a uma empresa de concierges.

[Demissão por justa causa é cabível se profissional se nega a voltar ao trabalho](#)

Consultor Jurídico - 27/10/2025

A demissão de um empregado por justa causa é cabível caso ele se recuse a voltar ao trabalho. Com esse entendimento, a 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) deu provimento ao recurso de uma montadora contra uma trabalhadora.

[O nexo concausal e a justiça invisibilizada nas doenças ocupacionais](#)

Consultor Jurídico - 27/10/2025

A responsabilidade civil do empregador por doenças ocupacionais encontra um de seus maiores desafios na identificação do nexo de causalidade entre o trabalho e o agravo à saúde. A jurisprudência, em muitos casos, resiste em responsabilizar o empregador quando a doença apresenta múltiplos fatores causais, exigindo vínculo direto e exclusivo com o labor. Tal visão ignora o instituto da concausalidade, reconhecido pela doutrina e, crescentemente, também pelos tribunais superiores.

[Limitação da condenação trabalhista: o que está em jogo entre STF e TST](#)

Consultor Jurídico - 27/10/2025

Em maio de 2025, o Supremo Tribunal Federal proferiu importante decisão no bojo da Reclamação Constitucional nº 67.042, ajuizada por uma instituição financeira, em face de acórdão da 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho. A discussão girou em torno da aplicação do artigo 840, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que, com a redação dada pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), passou a exigir que os pedidos formulados na petição inicial da reclamação trabalhista sejam “certos, determinados e com indicação de seu valor”.

[Paradoxo da competência trabalhista na RJ: quando TST e STF se enroscam nos cálculos](#)

Consultor Jurídico - 27/10/2025

A universalidade do juízo da recuperação judicial constitui um dos pilares da Lei nº 11.101/2005, visando a centralização e coordenação de todas as ações e execuções contra a empresa em crise para assegurar o tratamento isonômico dos credores e a viabilidade do plano de recuperação. Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 583.955/SP, que deu origem ao Tema 90 da repercussão geral, consolidou o entendimento de que “Compete ao juízo universal da recuperação judicial processar e julgar todas as execuções contra o devedor, inclusive as de natureza trabalhista.”

[Após trabalhar 5 dias, mulher alega doença ocupacional; juiz nega](#)

Migalhas - 01/11/2025

O juiz do Trabalho substituto Pedro de Meirelles, da 2ª vara de Jacareí/SP, julgou totalmente improcedente ação movida por ex-empregada que alegou ter desenvolvido doença ocupacional após cinco dias de trabalho, pleiteando indenização por danos morais, estabilidade acidentária e rescisão indireta do contrato de trabalho.

[Coca-Cola é condenada por ofensa a funcionário: “negros não servem para nada”](#)

Migalhas - 31/10/2025

O TRT da 2ª região manteve a condenação da Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A, fabricante da Coca-Cola no Brasil, ao pagamento de indenização de R\$ 50 mil a um ex-funcionário por discriminação racial. A decisão, proferida pela 15ª turma sob relatoria da juíza convocada Elisa Maria de Barros Pena, também confirmou o reconhecimento de doença ocupacional com nexo concausal e outras indenizações.

[TRT-2: Empresa deve reintegrar trabalhadora PcD que não foi substituída](#)

Migalhas - 30/10/2025

A 17ª turma do TRT da 2ª região manteve decisão que determinou a reintegração de trabalhadora com deficiência demitida sem a substituição exigida pela legislação. Para o colegiado, a dispensa contrariou o art. 93, §1º, da lei 8.213/91, que condiciona a demissão de pessoa com deficiência à contratação prévia de outro trabalhador em condições semelhantes.

[“Não serve nem para ser escravo”: TST condena empresa por assédio moral](#)

Migalhas - 29/10/2025

A 6ª turma do TST condenou uma construtora a indenizar em R\$ 5 mil um soldador vítima de assédio moral em razão de ofensas e xingamentos no ambiente de trabalho. O TRT da 3ª região havia negado o pedido por entender que as agressões verbais eram dirigidas a todos e representavam um “traço de personalidade forte” dos superiores hierárquicos. Para o TST, porém, o fato de o tratamento desrespeitoso atingir diversos empregados não afasta a ilicitude da conduta, pelo contrário, agrava a responsabilidade da empregadora.

[Câmara aprova proposta que cria licença menstrual](#)

Migalhas - 28/10/2025

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira, 28, projeto de lei que cria a chamada “licença menstrual”, permitindo o afastamento do trabalho por até dois dias consecutivos por mês para mulheres que apresentem sintomas graves relacionados ao período menstrual. A proposta agora segue para análise do Senado. Pelo texto aprovado, o afastamento será remunerado e poderá ser solicitado por trabalhadoras com carteira assinada, estagiárias e empregadas domésticas. Para

ter direito ao benefício, será necessário apresentar laudo médico que comprove as condições debilitantes que impeçam a realização das atividades profissionais.

[Justiça condena empresa a ressarcir INSS por despesas após morte de empregado](#)

Revista Proteção - 31/10/2025

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu, na Justiça, sentença que obriga a empresa Agrícola Xingu S.A. a indenizar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pelas despesas causadas com a concessão de benefício previdenciário a dependentes de um segurado falecido em acidente de trabalho. No dia do acidente, o empregado, contratado havia pouco mais de dois meses, trabalhava no interior da prensa de algodão da usina – que desenvolve atividade no setor de preparação de fiação de fibras de algodão – quando foi esmagado pelo equipamento, resultando em sua morte.

[MPT-SE discute subnotificações de doenças laborais em seminário](#)

Revista Proteção - 27/10/2025

O assédio e a subnotificação de doenças ocupacionais foram tema de um seminário promovido pelo Sindicato dos Bancários. O Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE) participou do evento que reuniu representantes de outros órgãos ligados ao mundo do trabalho. Durante o “Café com Direito”, realizado no último sábado (25), o procurador do Trabalho Raymundo Lima Ribeiro foi um dos palestrantes do primeiro painel e destacou o convênio entre o MPT e a Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) para o combate à subnotificação das doenças laborais. O projeto, denominado “Caminhos do Trabalho”, consiste na busca e atendimento de trabalhadores que sofrem o adoecimento.

[26 de outubro marca o Dia do Trabalhador da Construção Civil em todo o país](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 27/10/2025

Celebrado em 26 de outubro, o Dia do Trabalhador da Construção Civil é uma homenagem a milhões de profissionais que, com dedicação e técnica, constroem as bases do desenvolvimento do país. Pedreiros, serventes, carpinteiros, eletricitas, pintores, mestres de obras e tantos outros trabalhadores formam o pilar fundamental de um setor que impulsiona a economia, gera empregos e transforma cidades.

Atos Normativos

[PORTARIA SRTE/MG/MTE N° 1.803, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025](#) (DOU de 28/10/2025 Seção I Pág. 93) - Convoca a etapa Estadual em Minas Gerais da II Conferência Nacional do Trabalho - II CNT;

[PORTARIA SRTE-AM/MTE N° 1.820, DE 24 DE OUTUBRO DE 2025](#) (DOU de 28/10/2025 Seção I Pág. 93) - Convoca a Etapa no estado do Amazonas da II Conferência Nacional do Trabalho - II CNT;

[RECOMENDAÇÃO CONAETI/MTE N° 3, DE 28 DE OUTUBRO DE 2025](#) (DOU de 29/10/2025 Seção I Pág. 221) - homologa a “recomendação sobre a constituição de Comissões Estaduais e Distrital de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, aprovada na Quarta Reunião Ordinária do colegiado, ocorrida em 10 de julho de 2025”;

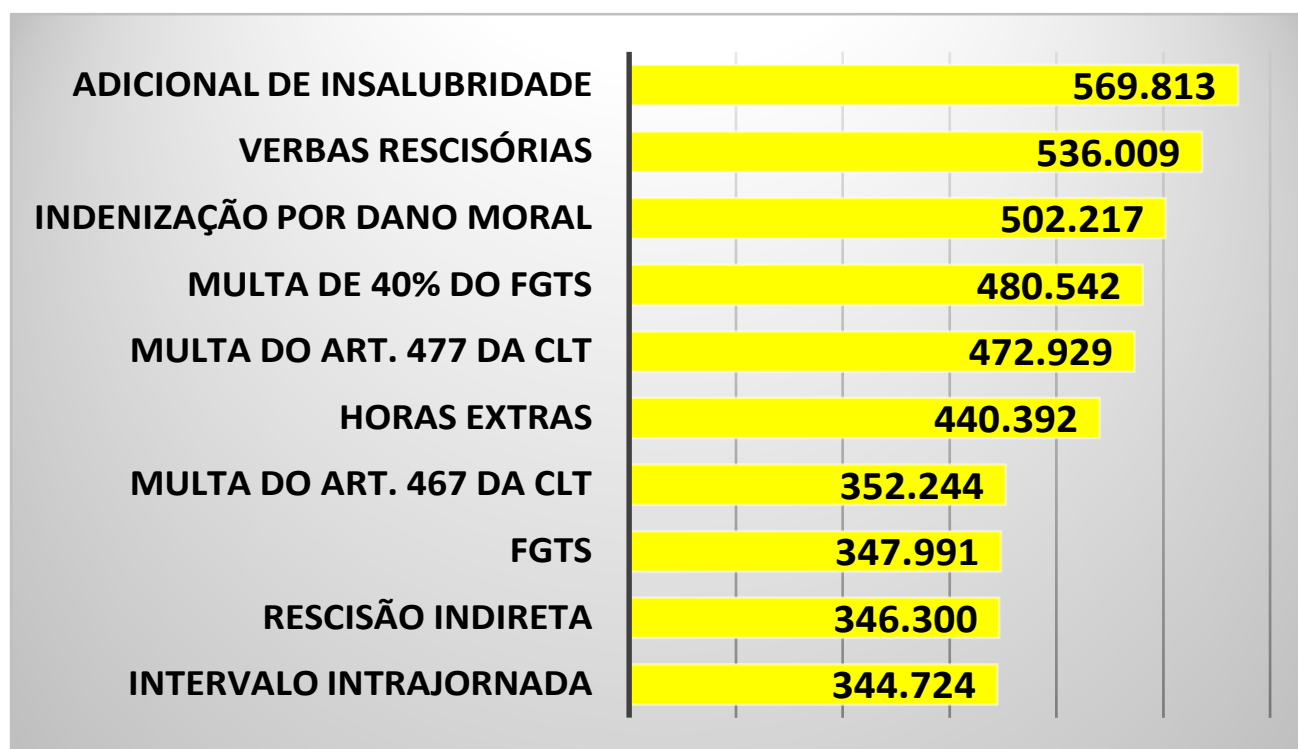
[SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 4.060 - SRRF04/DISIT, DE 28 DE OUTUBRO DE 2025](#) (DOU de 29/10/2025 Seção I Pág. 102) - Contribuições Sociais Previdenciárias;

[PORTARIA SRTE/GO/MTE N° 1.825, DE 28 DE OUTUBRO DE 2025](#) (DOU de 30/10/2025 Seção I Pág. 190) - Convoca a Etapa Estadual de Goiás da II Conferência Nacional do Trabalho - II CNT;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 228, DE 30 DE OUTUBRO DE 2025](#) (DOU de 31/10/2025 Seção I Pág. 82) - Contribuição para o PIS/Pasep;

Dados estatísticos do TST

Os 10 (dez) itens no Ranking de Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho até setembro de 2025 (quantidade de processos):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente Executivo

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico